

A INSERÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO NA ÁREA HOSPITALAR EM FRANCA.

Elaine Santos Esteves.
Prof. Dra. Íris Fenner Bertani. Serviço Social - Serviço Social - Departamento de Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

Nas sociedades modernas, há uma relação intrínseca entre homem e trabalho, e o rompimento dessa relação é vista pela sociedade como forma de degradação. As pessoas portadoras de deficiência não podem estar fora desta relação. Cabe à sociedade proporcionar os meios adequados para que os deficientes físicos possam se inserir no mercado de trabalho como cidadãos.

Com base nesses aspectos, a pesquisa terá um enfoque na relação entre mercado de trabalho e portadores de deficiências físicas, buscando conhecer como é feita a sua integração com o trabalho e demais trabalhadores. Está voltada para a área da saúde buscando conhecer como se dá essa inserção, especificamente no ambiente hospitalar que, por ter uma função interventivo-curativa, deveria ser referência para os demais setores em contratações e ajustes às necessidades dos deficientes físicos.

Pretendemos constatar se o ambiente hospitalar está acessível a esses trabalhadores e a forma como esse acesso é feito.

Esperamos obter dados empíricos confiáveis sobre a inserção do trabalhador da saúde no ambiente hospitalar.

Podendo acompanhar por meios diversos o descaso com que o poder público trata os portadores de deficiência, meu interesse se voltou para saber como estes são introduzidos e recebidos no mercado de trabalho, dado que atualmente é exigida cada vez mais qualificação profissional, cursos de especialização, ou seja, desejam alguém que sempre se supere. Como imaginar então um profissional também qualificado, mas com alguma desvantagem em relação aos outros, tentando se impor neste mercado com uma concorrência cada vez mais acirrada?

A área da saúde, pela sua própria natureza, deveria facilitar a contratação de profissionais com deficiência como campo de trabalho, “espelho” aos demais setores, na aceitação plena da capacidade e desempenho no mercado de trabalho. A esta questão, seja a deficiência crônica ou adquirida, sabemos das dificuldades que os deficientes encontram diante da velocidade constante exigida na execução das atividades laborais, na arquitetura das instituições e até das cidades onde a acessibilidade para os mesmos é bastante escassa. Apesar de leis que obrigam, por exemplo, estabelecimentos a se adequarem fisicamente às necessidades dos deficientes, estes estão muito longe do ideal, comprometendo a liberdade de ir e vir. Há também que considerar como os próprios deficientes lidam com o fato de terem maiores dificuldades do que os demais, como lidam com a doença dos usuários na área da saúde, se a limitação é vista como um fator positivo e estimulante no seu trabalho ou impeditivo e cerceador de seu desenvolvimento.

É dever do Estado e da sociedade estabelecer e garantir meios necessários para que os portadores de deficiência física tenham seus direitos garantidos como os demais cidadãos. Em 9 de dezembro de 1975, a ONU aprovou a “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência” em que no seu artigo 3º diz:

As pessoas portadoras de deficiência têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. Qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, os seus portadores têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

Ainda, no artigo 8º estabelece que:

“As pessoas portadoras de deficiência têm o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social”.

No que se refere ao mercado de trabalho, os portadores de necessidades especiais encontram muitas dificuldades de se impor, dificuldade de entrar e conseguir se manter no mercado, [...]. Ainda hoje, devido à persistência de desinformação e inadequação das condições de arquitetura, transporte e comunicação, muitas pessoas produtivas continuam sem condições de competir no mercado de trabalho (PASTORE, 2001). Isso é uma realidade constante na vida dos portadores de necessidades especiais, seja por falta de qualificação profissional, ou pela inadequação do mercado de trabalho para recebê-los. As barreiras encontradas são diversas, mas não se pode dizer que nada se tem feito para amenizar essa situação; o artigo 93, da Lei 8.213/91, estabelece que as empresas privadas estão

obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: até 200 empregados 2%; de 201 a 500 empregados 3%; de 501 a 1000 empregados 4%; de 1000 em diante 5% (RIBAS, 1997, p.20). Mesmo assim, ainda existem poucos portadores de necessidades especiais trabalhando nas empresas privadas.

Numa época em que o trabalho é visto como fonte de riqueza e desenvolvimento, os portadores de necessidades especiais ficam marginalizados desse espaço. É preciso que a sociedade, por sua vez, reconheça as diferenças e, juntamente com as pessoas portadoras de necessidades especiais, procure a plena inclusão de todos. O espaço social não pode estar organizado só para alguns.

Avaliar as condições oferecidas pelas instituições hospitalares aos portadores de necessidades especiais que buscam um espaço no mercado de trabalho, na área de saúde de Franca será o resultado pretendido.

A partir do levantamento de todas as clínicas, Unidades Básicas de Saúde da Secretária de Saúde de Franca e unidades hospitalares, estabeleceremos como universo a ser pesquisado as instituições hospitalares públicas e privadas de Franca com 50 funcionários ou mais, visando traçar um desenho das condições de trabalho que são apresentadas aos deficientes físicos na área da saúde.

Estabelecido o universo de pesquisa, decidimos pela abordagem por meio de questionários com perguntas fechadas e abertas dirigidas ao responsável por cada unidade de saúde. Nessa etapa trata-se de pesquisa quantitativa, de delineamento do universo a ser tratado. As questões abertas serão posteriormente agrupadas para análise.

Referencias Bibliográfica:

Figueiredo, AM: Ribas, J.B.C. As pessoas deficientes num país que ainda não aceita diferenças. Rio de Janeiro: IDAC, 1987.

Pastore, J. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: Editora LTr, 2000.

Ribas J.B.C. Viva a diferença-convivendo com nossas restrições ou deficiências. São Paulo: Moderna. 1995.

Ribas, J.B.C. O que são pessoas deficientes. Editora brasiliense.

Cohn, Amélia. A saúde como direito e como serviço. Editora Cortez.

Ribas, J.B.C. As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira. Editora brasiliense.